

# RBC

## **Estratégia para a reabilitação, a igualdade de oportunidades, a redução da pobreza e a integração social das pessoas com deficiências**

### **Documento de posição conjunta 2004**

Essa tradução do CBR joint position paper foi preparada pelo comitê de organização do Curso de RBC em 2005 em Recife, Brasil com apoio da Christoffel Blindenmission. Qualquer dúvida relacionada com a tradução, por favor contactar:

Adriana Alcântara Teixeira - [adrianteixeirafono@globo.com](mailto:adrianteixeirafono@globo.com)

-----  
This translation of the CBR joint position paper was prepared by the organizing committee of the 2005 CBR course in Recife, Brasil with support from Christoffel Blindenmission. Any questions related to the translation should be directed to:

Adriana Alcântara Teixeira - [adrianteixeirafono@globo.com](mailto:adrianteixeirafono@globo.com)

## **1. Introdução**

A reabilitação baseada na comunidade (RBC) promove a colaboração entre os dirigentes comunitários, as pessoas com deficiência, suas famílias e outros cidadãos envolvidos para oferecer igualdade de oportunidades a todas as pessoas com deficiência na comunidade. A estratégia RBC, iniciada faz 25 anos, segue promovendo os direitos e a participação das pessoas com deficiência e fortalecendo o papel de suas organizações (OPD) no mundo.

Em 1994, a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e a Organização Mundial da Saúde (OMS) elaboraram um «Documento de Posição Conjunta sobre a RBC» para promover um enfoque comum no desenvolvimento de programas de RBC. Apesar dos avanços obtidos desde então, muitas pessoas com deficiência seguem sem receber serviços básicos de reabilitação e não têm acesso em condições de igualdade à educação, a formação profissional, o trabalho, o lazer e outras atividades de sua comunidade ou da sociedade em geral. O acesso igualitário está particularmente proibido às mulheres com deficiência, às pessoas com deficiências severas e múltiplas, às pessoas com problemas psiquiátricos, àquelas com HIV positivo e às pessoas com deficiência pobres; assim como a suas famílias. No marco da estratégia de RBC, devem prosseguir os esforços por garantir que todas as pessoas com deficiência, independentemente de sua idade, sexo, tipo de deficiência e nível socioeconômico, exerçam os mesmos direitos e oportunidades que outros membros da sociedade, «uma sociedade para todos».

Na Reunião Consultiva Internacional para a Revisão do Modelo de Reabilitação Baseada na Comunidade celebrada em Helsinki (Finlândia) em 2003, se destacou a necessidade de renovar os esforços para fazer frente a estes problemas. A reunião foi organizada pela OMS em colaboração com outras organizações das Nações Unidas, Organizações Não Governamentais (ONG) e Organizações de Pessoas com Deficiência (OPD). Neste documento se incluem as recomendações aprovadas em dita reunião.

A finalidade do documento conjunto de posição de 2004 é descrever e respaldar o conceito da RBC tal e como está evoluindo, com especial ênfase nos direitos humanos e faz um chamado por ações para combater a pobreza que afeta a muitas pessoas com deficiência.

A OMS, a OIT e a UNESCO consideram a RBC como uma estratégia capaz de apontar as necessidades das pessoas com deficiência de todos os países no seio de suas comunidades. A estratégia segue promovendo a liderança comunitária e a plena participação das pessoas com deficiência e suas organizações. Estimula a colaboração multissetorial para dar apoio às necessidades e as atividades comunitárias, assim como a cooperação entre todos os grupos que possam contribuir para que os seus objetivos sejam alcançados.

## **2. Reabilitação Baseada na Comunidade (RBC)**

### **2.1 Conceito de RBC**

A RBC é uma estratégia de desenvolvimento comunitário para a reabilitação, a igualdade de oportunidades e a integração social de todas as pessoas com deficiência.

A RBC se aplica graças ao esforço conjunto das próprias pessoas com deficiência, de suas famílias, organizações e comunidades, e dos pertinentes serviços governamentais e não governamentais em saúde, educação, trabalho, social, e outros.

## **2.2 Objetivos principais**

Os objetivos principais da RBC são:

1. Assegurar que as pessoas com de deficiência possam desenvolver ao máximo suas capacidades físicas e mentais, ter acesso aos serviços e às oportunidades cotidianas e ser colaboradores ativos dentro da comunidade e da sociedade em geral.
2. Estimular às comunidades a promover e proteger os direitos das pessoas com deficiência mediante modificações na comunidade, como por exemplo, a eliminação de barreiras para a participação.

## **2.3 Evolução dos conceitos na RBC**

Embora a definição da RBC e seus principais objetivos não tenham mudado, produziu-se uma evolução conceitual e na participação dos interessados diretos. Esta evolução gira em torno dos conceitos de incapacidade e reabilitação, pondo a ênfase nos direitos humanos, nas ações para abordar as desigualdades e aliviar a pobreza, e ao papel cada vez mais importante das OPD.

### **2.3.1 Incapacidade e reabilitação**

A incapacidade já não se considera a mera consequência de uma deficiência. O modelo social da incapacidade tem acentuado a consciência de que as barreiras à participação são causas muito importantes de deficiência. A *Classificação Internacional do Funcionamento, da Incapacidade e da Saúde* (CIF) inclui as estruturas e funções do organismo, mas se centra também nas «atividades» e a «participação» tanto do ponto de vista do indivíduo como do da sociedade. Considera, além disso, cinco fatores ambientais que podem limitar as atividades ou restringir a participação: os produtos e a tecnologia, o meio natural e as modificações que o ser humano tem feito nele, o apoio e as relações, as atitudes, e os serviços, sistemas e políticas. Nenhum país suprimiu todas as barreiras ambientais que contribuem a incapacidade.

Não se deveria seguir impondo serviços de reabilitação sem o consentimento e a participação das pessoas que os estejam utilizando. Na atualidade se considera à reabilitação como um processo no qual pessoas com deficiência ou seus defensores tomam decisões a respeito de que serviços necessitam para incrementar a participação. Os profissionais que prestam serviços de reabilitação têm a responsabilidade de oferecer às

pessoas com deficiência a informação pertinente para que elas possam tomar decisões informadas em relação ao que lhes convém.

### **2.3.2 Direitos humanos**

A RBC promove o direito das pessoas com deficiência a viver na comunidade como cidadãos em condições de igualdade, a desfrutar de saúde e bem-estar, e a participar plenamente em atividades educativas, sociais, culturais, religiosas, econômicas e políticas. Ressalta que as meninas e os meninos com deficiência têm o mesmo direito a escolarização e que as mulheres e os homens com deficiência compartilham o direito às oportunidades para participar das atividades trabalhistas e sociais. As *Normas Uniformes sobre a Igualdade de Oportunidades para as Pessoas com Deficiência* promulgadas pelas Nações Unidas abordam os passos necessários para garantir estes direitos. Por isso constituem uma guia para todos os programas de RBC.

Para reforçar as Normas Uniformes, a Assembleia Geral das Nações Unidas decidiu elaborar uma *Convenção para a Proteção e a Promoção dos Direitos e a Dignidade das Pessoas com Deficiência*. Uma estratégia de RBC pode criar um marco ideal para aplicação das disposições desta convenção.

### **2.3.3 Pobreza**

A incapacidade e a pobreza estão fortemente correlacionadas: a pobreza conduz a um aumento da deficiência, e a deficiência por sua vez, gera mais pobreza. Por isso, a maioria das pessoas com deficiência vive na pobreza. Os estudos demonstram maiores taxas de desemprego neste grupo em comparação com as pessoas sem deficiência, inclusive nos países industrializados. Nos países em desenvolvimento, onde vive a maioria das pessoas com deficiência, as taxas de desemprego e subemprego são indiscutivelmente superiores nesse grupo. A falta de acesso ao atendimento médico e à reabilitação, à educação, à formação profissional e ao emprego, propicia o círculo vicioso de pobreza e deficiência.

No ano 2000, os Estados Membros das Nações Unidas adotaram a *Declaração do Milênio* e fixaram oito *Objetivos de Desenvolvimento do Milênio* (ODM) como guia para cumprir a Declaração. Todos os objetivos guardam relação com a deficiência e três concernem especialmente às pessoas com deficiência e suas famílias:

1. Erradicar a pobreza extrema e a fome.
2. Obter o ensino fundamental universal.
3. Promover a igualdade entre os gêneros e a autonomia da mulher.

Em matéria de redução da pobreza, convidou-se aos países a traçar estratégias adaptadas a suas necessidades e capacidades e a solicitar ajuda econômica a bancos, doadores e organismos de ajuda internacionais.

É fundamental que as estratégias encaminhadas a obter os ODM e para combater a pobreza contemplem medidas para garantir a participação das pessoas com deficiência.

Dentro do desenvolvimento da comunidade, a RBC pode ser considerada uma estratégia de redução da pobreza. As iniciativas comunitárias em pró da educação de crianças com deficiência, o emprego de jovens e adultos com deficiência e a participação das pessoas com deficiência nas atividades comunitárias podem servir de modelo para estratégias nacionais e políticas de desenvolvimento.

Os organismos e instituições que trabalham para reduzir a pobreza reconheceram a importância dos programas destinados especificamente às mulheres, que contribuem de forma considerável à saúde, a educação e o bem-estar de seus filhos. Entretanto, estes programas específicos não incluem sistematicamente às mulheres com deficiência. Os programas de RBC podem resultar eficazes para promover a integração dessas mulheres em programas de redução da pobreza entre a população feminina em geral.

#### **2.3.4 Comunidades integradoras**

O termo «inclusivo» utiliza-se com frequência na atualidade para referir-se aos serviços educativos que acolhem a todas as crianças, incluindo aquelas com deficiência, para que participem plenamente em escolas ou centros de aprendizagem convencionais da comunidade. Também se está aplicando o princípio de «inclusão» às políticas e serviços de saúde, a capacitação e o emprego, assim como à vida comunitária em geral.

O conceito de comunidade inclusiva significa que as comunidades adaptam suas estruturas e procedimentos para facilitar a integração das pessoas com deficiência, em lugar de esperar a que elas sejam as que mudem para encaixar nas categorizações existentes. Centra sua atenção em todos os cidadãos e em seu direito a um tratamento igualitário, reforçando assim a noção de que devem ser respeitados os direitos de todas as pessoas, incluídas aquelas com deficiência. A comunidade observa a si mesma e estuda como afetam as políticas, as leis e as práticas habituais a todos seus membros.

A comunidade assume a responsabilidade de fazer frente às barreiras à participação das meninas, os meninos, as mulheres e os homens com deficiência. Por exemplo, pode ser que muitas pessoas da comunidade tenham crenças ou atitudes que limitem o tipo de oportunidades oferecidas às pessoas com deficiência, que as políticas ou as leis contenham disposições que as excluam, ou que existam barreiras físicas como escadas em lugar de rampas ou um transporte público inacessível. Estas barreiras podem também reduzir o acesso às oportunidades de trabalho.

A RBC beneficia a todas as pessoas da comunidade, não só a aquelas com deficiência. Por exemplo, quando a comunidade realiza modificações para melhorar o acesso às pessoas com deficiência, está facilitando também a vida de toda a comunidade.

#### **2.3.5 Papel das organizações de pessoas com deficiência (OPD)**

Na atualidade as OPD estão preparadas para assumir funções significativas no início, na execução e na avaliação de programas de RBC. Além disso, estão esforçando-se por incluir mais pessoas com deficiência e por representá-las mais ativamente. Estas organizações devem ser reconhecidas como um recurso para fortalecer os programas de RBC.

Em quase todos os países se criaram e fortaleceram OPD e organizações de pais de crianças com deficiência. As mulheres com deficiência começaram a criar suas próprias seções no seio das OPD existentes ou suas próprias organizações, e como consequência disso aumentou grandemente a participação e a influência tanto das mulheres quanto dos homens com deficiência a nível local, nacional e internacional.

As OPD têm a missão de instruir a todas as pessoas com deficiência sobre seus direitos, estimular ações para garanti-los e colaborar com os associados para exercer o direito ao acesso, a serviços e oportunidades, com frequência no seio de programas de RBC.

Dois tipos principais de OPD se converteram em participantes ativos de programas do RBC: as genéricas, que representam a pessoas com deficiência sem consideração ao tipo de deficiência, e as específicas, que representam unicamente aos indivíduos com uma incapacidade relacionada a uma deficiência concreta, como as visuais ou as auditivas.

Ambos os tipos de OPD têm seu papel na RBC. O das genéricas é fundamental desde o nível nacional ao comunitário e corresponde a elas influir nos dirigentes e nos responsáveis por políticas, em matéria de direitos como o da igualdade de acesso. As organizações específicas realizam também uma importante contribuição a todos os níveis ao assessorar sobre as necessidades das pessoas com deficiências específicas.

É fundamental que o planejamento e aplicação da RBC e de outros programas relacionados com as deficiências se realize em colaboração com as pessoas com deficiência e seus representantes. As OPD têm o direito e a responsabilidade de identificar as necessidades de todas as pessoas com deficiência para levá-las ao conhecimento público e promover medidas encaminhadas a satisfazê-las. Ali onde as OPD são fracas, os programas de RBC podem as fortalecer, aumentar suas possibilidades de promover os direitos dos indivíduos e seu acesso aos serviços, e sua plena participação no desenvolvimento de suas comunidades.

Para participar plenamente nos programas de RBC, algumas pessoas com deficiência necessitam serviços tais como intérpretes da língua de sinais, equipamentos Braille, guia ou meios de transporte. A falta de desses meios ou de informação acessível e os problemas de comunicação são barreiras significativas para o desenvolvimento das OPD e sua participação na RBC.

### **3. Quem põe em funcionamento a RBC?**

Freqüentemente a ação comunitária para a RBC se inicia por um estímulo desde fora da comunidade, geralmente de ministérios ou ONGs. Depois das deliberações iniciais com representantes extra-comunitários, é a comunidade quem decide se a RBC entrará e participará das atividades de desenvolvimento que já está implementando. Diversos associados da comunidade, como o comitê de desenvolvimento comunitário, as organizações de pessoas com deficiência (OPD) e outros organismos não governamentais podem assumir a liderança e a responsabilidade do programa. Uma vez que a comunidade

decide iniciar um programa de RBC, o dispositivo de gestão deste, proporciona o apoio necessário, incluídos a formação profissional, o acesso aos serviços referência e a mobilização de recursos.

#### **4. Elementos básicos da RBC**

A RBC exige a participação da comunidade e as OPD, mas nem uma nem outra pode trabalhar sozinha para garantir a igualdade de oportunidades às pessoas com deficiência. Também se necessitam políticas nacionais, uma estrutura de gestão e o apoio de diversos ministérios, ONGs e outros interessados diretos (colaboração multi-setorial).

Os métodos nacionais para a aplicação da RBC são muito diversos, mas compartilham alguns elementos que contribuem com a manutenção dos programas de RBC. Estes incluem:

- I. O apoio a nível nacional mediante políticas, coordenação e atribuição de recursos.
- II. O reconhecimento da necessidade de que os programas da RBC tenham como referente os direitos humanos.
- III. A vontade da comunidade de responder às necessidades de seus membros com deficiência.
- IV. A presença de agentes comunitários motivados.

Para fazer efetivos estes importantes elementos da RBC se necessitam ações a nível nacional, intermediário ou regional e local.

##### **4.1 Ações a nível nacional**

As políticas nacionais e o apoio deste nível, junto com a gestão a nível estadual e a participação da administração local constituem elementos fundamentais dos programas de RBC. A forma em que as comunidades estão vinculadas ao nível nacional varia em função da estrutura administrativa do país e o ministério que promove e apóia o programa de RBC, mas em todas as situações se necessitam políticas nacionais para orientar as prioridades globais e planejar este programa. A coordenação nacional e a atribuição de recursos suficientes são outros elementos que se identificam com os programas de RBC bem-sucedidos.

###### **4.1.1 Políticas nacionais**

É responsabilidade dos governos nacionais formular políticas e normas legais para a reabilitação, a igualdade de oportunidades e a integração social e econômica das pessoas com deficiência. Estas políticas podem incluir referências específicas de RBC como estratégia.

Existem instrumentos e declarações internacionais relacionados com a deficiência que podem orientar a formulação de políticas nacionais: as *Normas Uniformes das Nações*

*Unidas sobre a Igualdade de Oportunidades para as Pessoas com Deficiência, a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança (artigos 2 e 23), o Convênio N.º 159 da OIT sobre a Readaptação Profissional e o Emprego de Pessoas com Deficiência e a Recomendação associada N.º 1681, a Declaração de Salamanca da UNESCO e o marco de ação «Educação para todos» sobre Necessidades Educativas Especiais, a Declaração de Alma-Ata da OMS, que integra a reabilitação como parte da atenção primária de saúde, e a Plataforma de Ação de Beijing para a Promoção das Mulheres (parágrafos 60, 82, 175, 178, 232).*

As políticas nacionais podem também levar em consideração as proclamações regionais relativas à deficiência, como as *Proclamações dos Decênios das Pessoas com Deficiência da Ásia e o Pacífico*, o *Decênio das Pessoas com Deficiência da África* e o *Decênio Árabe das Pessoas com Deficiência*, além da *Convenção Interamericana para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas com Deficiência*.

#### **4.1.2 Coordenação nacional da RBC**

Muitos países constataram a necessidade de contar com um organismo coordenador de âmbito nacional que garanta a colaboração multissetorial necessária para um programa RBC eficaz. O mecanismo de coordenação variará segundo o enfoque preferido pelo governo. Por exemplo, pode consistir em um comitê coordenador nacional integrado por representantes dos diversos ministérios que colaboram apoiando o programa de RBC; ou um ministério que assuma a responsabilidade de coordenar esse apoio.

#### **4.1.3 Estrutura de gestão do programa de RBC**

Nos programas nacionais de RBC, o governo assume a liderança da gestão. Em geral, um ministério fica na cabeça e apresenta seguidamente o marco organizativo. Embora qualquer ministério pode implantar um programa de RBC, é freqüente que a tarefa se encomende ao de saúde, assuntos sociais, educação ou trabalho.

Embora seja um ministério quem inicie e coordene o programa de RBC, para que este tenha êxito é fundamental que participem os ministérios de trabalho, assuntos sociais, educação e saúde. Estes ministérios não só colaboram entre si, mas também com todos os ministérios que tratam problemas de acesso relacionados com a participação das pessoas com deficiência, como os de habitação, transporte e desenvolvimento rural. Também é importante a colaboração do ministério de finanças para garantir apoio econômico ao programa de RBC.

É fundamental que todos os setores que apóiam o programa de RBC colaborem entre si. Isto reveste especial importância no nível estadual, no qual se oferecem serviços de referência para dar apoio às iniciativas comunitárias.

Tanto para todos os ministérios como para as ONGs é muito importante trabalhar associados. Embora seja um só ministério o que proporcione a estrutura organizativa, todos os setores desempenham um papel importante na tarefa de garantir para que as comunidades participantes no programa RBC tenham acesso a serviços de apoio e recursos.

#### **4.1.4 Atribuição dos recursos**

Os recursos nacionais podem atribuir-se ao programa RBC de diversas maneiras. Uma delas consiste na atribuição direta de recursos para financiar aspectos do programa como a formação profissional ou o fortalecimento dos serviços de apoio. Outra se apóia na idéia de incluir um componente de deficiência em todas as iniciativas para o desenvolvimento, e em particular nos programas da estratégia para a redução da pobreza. O governo pode também estimular as ONGs, as empresas e os meios de comunicação para que apoiem a RBC.

#### **4.1.5 Programas de RBC sem apoio nacional**

Um programa de RBC estritamente vinculado a estruturas governamentais está acostumado a ter maior impacto do que um que trabalhe isoladamente. Em ausência de apoio governamental podem funcionar pequenos projetos de RBC empreendidos por grupos comunitários ou ONG locais, mas seu impacto possivelmente seja limitado. Se conseguir vincular os pequenos projetos a serviços governamentais, é mais provável que sejam sustentáveis.

### **4.2 Nível intermediário ou regional**

Cada país decide como administrar seu programa de RBC aos distintos níveis. Alguns países dispõem de coordenadores, e em certos casos de comitês, em cada nível administrativo. A experiência demonstrou que o nível intermediário ou regional é chave para coordenar o apoio às comunidades. Portanto, reveste especial importância dispor de gestores do programa de RBC e possivelmente também comitês intermediários ou regionais responsáveis pelo mesmo.

#### **4.2.1 Gestores do programa de RBC**

Em geral, os gestores de RBC trabalham no ministério que proporciona o marco organizativo do programa. Por exemplo, se for o ministério de assuntos sociais o encarregado do programa, é provável que os trabalhos de RBC façam parte das responsabilidades dos funcionários do INSS. Se for o ministério de saúde o encarregado, provavelmente se atribuam ditas tarefas ao pessoal da atenção básica. O ideal é que alguns dos gestores do programa de RBC sejam homens e mulheres com deficiência. As funções de um gestor ou gestora consistem na aplicação e monitoração do programa, apoiar e fiscalizar a formação dos agentes comunitários, pôr em contato aos diversos comitês comunitários e servir de enlace entre as comunidades e outros recursos.

### **4.3 Nível comunitário**

Dado que os programas de RBC pertencem à comunidade, os e as representantes desta devem estar envolvidos em seu planejamento, execução e avaliação.

### 4.3.1 Reconhecimento da necessidade de programas de RBC

Antes de iniciar um programa de RBC é fundamental que a comunidade tome consciência de que o necessita. Quando um programa de RBC se empreende desde fora da comunidade, pode ser que esta não acredite que o necessita. Os gestores de nível intermediário ou regional trabalham com cada comunidade para que tomem consciência a respeito da necessidade e dos benefícios com os que o programa contribui, e assegurar que sejam as próprias pessoas com deficiência e suas famílias os que definam suas necessidades. As reuniões comunitárias brindam a oportunidade para discutir as necessidades e para que a comunidade decida se deseja atendê-las de maneira coordenada por meio de um programa de RBC.

### 4.3.2 Participação da comunidade

Se a comunidade decide atender às necessidades das pessoas com deficiência, pode empreender a elaboração de um programa de RBC. Uma forma de aplicação é a baseada na liderança de um comitê de desenvolvimento comunitário já existente ou outra estrutura encabeçada pelo líder do povoado ou o prefeito da cidade. Este comitê dirige as atividades de desenvolvimento da comunidade e reúne as condições para atuar como coordenador dos principais setores governamentais e não governamentais que devem colaborar para sustentar um programa de RBC. Por exemplo, o comitê de desenvolvimento comunitário pode colaborar com o setor educativo para promover a educação inclusiva, com o ministério de transportes para desenvolver um sistema de transporte acessível às pessoas com deficiência, e com organizações de voluntariado para constituir um grupo de voluntários dispostos a atender crianças com deficiência para que seus pais possam sair de casa para fazer suas **diligências**.

A ação comunitária em pró da participação igualitária de meninas, meninos e adultos com deficiência varia muito de um país para outro e também dentro de um mesmo país. Inclusive nos casos em que existem políticas nacionais que estimulam as comunidades a assumir a responsabilidade da integração de seus cidadãos com deficiência, algumas comunidades não consideram uma prioridade. Ou pode que os membros do comitê de desenvolvimento comunitário decidam que o programa de RBC requer uma atenção especial e criem um comitê específico. O qual poderia estar integrado por representantes do comitê de desenvolvimento comunitário, pessoas com deficiência, familiares de pessoas incapacitadas, pessoal docente, pessoal sanitário e outros membros da comunidade que estiverem interessados.

O comitê de RBC assume a responsabilidade de responder às necessidades assinaladas pelos membros com deficiência da comunidade: sensibilizar a respeito de suas necessidades na comunidade; obter e comunicar informação sobre os serviços extra-comunitários de apoio às pessoas com deficiência; trabalhar com os setores que oferecem serviços de apoio para criar, fortalecer e coordenar os que sejam necessários; trabalhar no seio da comunidade para promover a integração das pessoas com deficiência em colégios, centros de formação profissional, lugares de trabalho, âmbitos de lazer e atividades sociais. Além destas tarefas, o comitê procura recursos para financiar suas atividades.

É provável que os membros do comitê de RBC saibam como resolver muitos dos problemas na comunidade, mas em ocasiões necessitarão que especialistas dos setores educativos, trabalhistas, sanitários, sociais ou outros, lhes proporcionem mais informação. Por exemplo, pode ser que os familiares desejem saber como poderiam melhorar as atividades cotidianas de uma pessoa com deficiência no lar, e que seja necessário capacitar voluntários e agentes comunitários para apoiar as pessoas com deficiência e suas famílias, formar o pessoal docente e os instrutores profissionais em matéria de integração de crianças e jovens com deficiência em suas aulas, e assessorar os empresários a respeito de como adaptar os lugares de trabalho para as pessoas com deficiência.

Assim, o intercâmbio de informação é um componente chave nos programas de RBC. Todos os setores deveriam apoiar a RBC compartilhando informação com a comunidade, colaborando mutuamente e fortalecendo os serviços que oferecem às pessoas com deficiência.

### **4.3.3 Agentes comunitários**

Os agentes comunitários são o núcleo dos programas de RBC. Frequentemente são voluntários que todas as semanas dedicam certo tempo para atender pessoas com deficiência. Estas pessoas e seus familiares podem realizar contribuições importantes como participantes ativos nos programas de RBC. Em ocasiões são professores, profissionais em saúde ou assistentes sociais, os que doam seu tempo a este trabalho. Também se pode motivar para isso outros membros da comunidade que estiverem interessados.

Os trabalhadores de RBC oferecem informação às pessoas com deficiência e suas famílias; por exemplo, aconselham-nas a respeito de como realizar atividades simples da vida diária ou a confeccionar ajudas técnicas simples para melhorar a autonomia, tais como a comunicação mediante a linguagem de sinais ou o uso do bastão branco para deslocar-se fora de casa. Os agentes comunitários de RBC atuam também como defensores das pessoas com deficiência, já que entram em contato com escolas, centros de formação profissional, lugares de trabalho e organizações para promover a acessibilidade e a inclusão. Além disso, informam sobre os serviços extra-comunitários disponíveis e atuam como ligação entre estes e as famílias das pessoas com deficiência.

Apoiando-se na descrição das responsabilidades das e dos trabalhadores de RBC, é evidente que as mulheres e homens com deficiência e seus familiares são excelentes candidatos a esta função. Dado que a participação das OPD aumentou no seio dos programas de RBC, também aumentou o número de trabalhadores com deficiência dentro da RBC. Mesmo assim, é necessário que muito mais pessoas com deficiência se incorporem ativamente como trabalhadores, nos programas de RBC.

Recrutar e formar os agentes de RBC, manter sua motivação e confrontar o recâmbio são alguns dos principais desafios que enfrentam os dirigentes comunitários e gestores de programas de RBC. Aos voluntários podem-se oferecer alguns incentivos, como uma formação periódica durante o serviço, um prêmio anual ao melhor trabalhador de RBC, certificados de reconhecimento ou a dotação de uniformes. Isso dependerá dos costumes do país e da comunidade.

## **5. Apoio multi-setorial aos programas de RBC**

Nos programas de RBC é fundamental a colaboração multi-setorial para apoiar a comunidade, atender as necessidades individuais das pessoas com deficiência e fortalecer o papel das OPD. Além da colaboração entre os ministérios governamentais devem fazê-lo também com as ONGs e o setor privado. É igualmente necessária a colaboração entre a comunidade e os serviços de referência a nível local e intermediário, assim como entre os próprios serviços de referência locais, intermediários e nacionais. A colaboração entre os níveis nacional, intermediário e comunitário dentro de um mesmo setor pode garantir que os serviços de referência se desenvolvam e se proporcionem de maneira adequada.

### **5.1 Apoio do setor social**

Embora a atribuição da responsabilidade dos assuntos sociais varia de um país para outro, as questões abordadas com mais frequência são as pensões de deficiência, as ajudas técnicas e as adaptações, o alojamento, a formação profissional e o emprego, e a coordenação para a referência das pessoas que necessitam serviços de outros setores. Se o ministério de assuntos sociais inicia um programa de RBC, é provável que encarregue a gestão aos funcionários do INSS.

Um ministério de assuntos sociais pode não dispor de pessoal a nível local, mas é muito frequente que o destinado ao nível intermediário ou regional esteja familiarizado com as condições sociais e económicas e conheça a fundo os recursos disponíveis nesse nível, incluídos os do setor não governamental. Esta informação é muito útil em um programa de RBC, principalmente para localizar recursos de formação profissional e oportunidades de trabalho para os homens e mulheres com deficiência. O pessoal do ministério de assuntos sociais pode assessorar as pessoas com deficiência e a seus familiares, assim como o pessoal de outros ministérios, a respeito dos recursos que oferece à comunidade.

### **5.2 Apoio do setor de saúde**

A Organização Mundial da Saúde (OMS) define a saúde como «um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não somente a ausência de afecções ou enfermidades». A *Declaração de Alma Ata* (1978) afirma que a Atenção Básica de Saúde (ABS) é a chave para obter a saúde para todos. Afirma igualmente que a ABS deve atender os principais problemas de saúde da comunidade e dispensar serviços de promoção, prevenção, cura e reabilitação.

Em geral, é responsabilidade do sistema de saúde prestar assistência médica e serviços de reabilitação, inclusive as ajudas técnicas. As atividades mais básicas de reabilitação podem

ser feitas na própria comunidade da pessoa com deficiência utilizando recursos locais. A ABS pode desempenhar um papel muito importante neste contexto, como fornecedor de serviços e como apoio. Muitas pessoas com deficiência devem ser referidas a serviços de reabilitação especializados fora da sua comunidade. O pessoal da ABS pode facilitar a relação entre essas pessoas e serviços especializados tais como os de fisioterapia, terapia ocupacional e fonoaudiologia; prótese e órtese; e cirurgia corretora.

A ABS também apóia as atividades de RBC. Nas comunidades comumente não há pessoal especializado, de saúde ou de reabilitação. Portanto, corresponde-lhe ao pessoal da ABS identificar antecipadamente as deficiências e realizar as intervenções básicas requeridas pelas pessoas com deficiência. Além disso, podem transmitir noções teórico-práticas de reabilitação à comunidade, e em particular aos agentes dos programas de RBC.

O setor de saúde deve fazer grandes esforços por integrar a reabilitação na ABS e formar o pessoal da ABS em matéria de deficiência e reabilitação. Pode, do mesmo modo, fortalecer os serviços especializados com objetivo de prestarem um melhor apoio ao pessoal da ABS e aos agentes de RBC. Para obter a máxima eficácia, os serviços de reabilitação devem colaborar com todos os outros serviços dentro do sistema de saúde. Também devem fazê-lo com os setores educativo, trabalhista e de assuntos sociais para garantir que as pessoas com deficiência sejam cidadãos com igualdade de direitos.

### **5.3 Apoio do setor educativo**

Para conseguir os objetivos da *Educação para Todos* é indispensável uma boa cooperação entre as comunidades e o setor educativo. O fato de que, nos países em desenvolvimento, mais de 90 por cento das crianças com deficiência não vão à escola deixa claro que devem adotar-se medidas para garantir a todos eles o acesso à educação. Nesta tarefa desempenha um papel fundamental a escola da comunidade.

O setor educativo pode contribuir grandemente com a RBC se ajuda às escolas comunitárias do sistema educativo convencional a serem mais integradoras. Isto supõe, por exemplo, adaptar o conteúdo do programa docente e os métodos de ensino para que cubram as necessidades de todos os meninos e meninas, em lugar de esperar que eles sejam os que se adaptem a um programa rígido. É provável que as escolas necessitem ajuda para modificar seus métodos de ensino com o objetivo de oferecer educação de qualidade a todos as crianças. No sistema educativo há muitas pessoas com conhecimentos e destrezas que poderiam compartilhar com as escolas comunitárias. Por exemplo, há centros escolares que só ensinam a crianças com necessidades especiais, pelo que seu pessoal docente pode servir de recurso para os professores dos centros comunitários. As escolas que já são inclusivas podem ensinar a outras como responder às necessidades de todos os estudantes, tratar a todas as crianças com respeito e ser escola modelo.

O sistema educativo convencional deve responsabilizar-se da educação de todas as crianças em idade escolar, o que inclui prestar atenção às meninas com deficiência, freqüentemente desatendidas em algumas comunidades. Para alcançar este objetivo é fundamental contar com a colaboração das comunidades, porque é nelas onde têm sua legítima localização os centros escolares inclusivos, ou seja, abertos a todas as crianças. As crianças com

deficiências múltiplas ou severas que precisem de muito apoio suplementar podem receber educação em unidades especiais, segundo o grau de apoio externo disponível. As escolas especiais são associadas importantes no sistema educativo e podem utilizar-se como recurso para que os centros escolares convencionais promovam a educação inclusiva.

Para promover a *Educação para Todos*, o setor educativo deve adaptar a capacitação inicial e em serviço tanto para os professores do sistema convencional como para os dos especializados em resposta a suas novas funções na escola integradora, assim como garantir que as salas-de-aula, as instalações e os materiais educativos sejam acessíveis. O setor educativo deve fazer-se responsável pela qualidade da educação e da avaliação educativa das crianças com deficiência. Em alguns países isto se considera responsabilidade médica, mas se deve insistir em que as crianças com deficiência não podem ser tratadas como crianças doentes. Suas necessidades e aspirações são as mesmas de qualquer criança.

#### **5.4 Apoio do setor trabalhista**

Um trabalho produtivo e bem remunerado é essencial para a integração social e econômica das mulheres e os homens com deficiência. Uma atividade remunerada proporciona ao indivíduo lucros, auto-estima, integração e a oportunidade de contribuir amplamente com a comunidade. É essencial que os programas de RBC colaborem com o setor trabalhista para garantir que os jovens e os adultos com deficiência tenham acesso a oportunidades de capacitação profissional e trabalho a nível comunitário. O setor trabalhista promove a formação profissional, o emprego e as boas condições de trabalho. Os ministérios responsáveis pela capacitação, o emprego, o trabalho e os serviços sociais podem facilitar a integração social e econômica mediante a prestação de serviços de readaptação e orientação profissional, capacitação teórica e prática tanto por meio das instituições de formação gerais ou de centros e programas de formação especializados. O setor trabalhista promove a igualdade de oportunidades em matéria de emprego mediante políticas e normas jurídicas nacionais. Os serviços de emprego organizados pelo setor ajudam às pessoas com deficiência que procuram trabalho a encontrar oportunidades no mercado trabalhista aberto. Além disso, os serviços públicos podem dar exemplo contratando trabalhadores com deficiência.

Na comunidade, a aprendizagem não formal com instrutores ou em empresas locais pode oferecer às pessoas com deficiência a oportunidade de obter conhecimentos e experiência prática para o emprego. A comunidade empresarial tem a possibilidade de oferecer um valioso apoio aos programas de RBC por meio da capacitação no trabalho, a contratação de trabalhadores com deficiência, a orientação a empresários com deficiência e o assessoramento sobre os requisitos relacionados com as destrezas, atuais ou emergentes aos centros de formação vocacional. Os programas de desenvolvimento das empresas pequenas e as microempresas podem proporcionar formação empresarial e serviços de assessoramento. Também podem oferecer acesso a créditos a homens e mulheres, incluindo pessoas com deficiência para seus próprios negócios e assim converter-se em trabalhadores autônomos. É freqüente que estejam dirigidos pelo ministério responsável por indústria e

comércio, por um organismo governamental independente ou por ONGs. Frequentemente os programas de RBC devem realizar esforços especiais para garantir a inclusão de jovens e adultos com deficiência nesses programas de desenvolvimento.

### **5.5 Apoio das ONGs**

A maioria das comunidades dispõem de diversas ONGs e grupos que podem contribuir com os programas de RBC. Pode tratar-se de organizações de ajuda e de desenvolvimento, organizações confessionais e clubes de atendimento, assim como grupos de mulheres e de jovens. Alguns deles podem proporcionar serviços a pessoas com deficiência, e outros estão em situação de fazer esforços especiais para integrá-los em suas atividades.

No marco da política governamental, também as ONG nacionais e internacionais podem contribuir grandemente ao desenvolvimento da RBC com a efetivação de programas em comunidades locais e sua posterior ampliação, a capacitação de gestores de programas de RBC e outros tipos de colaboradores, e a ajuda ao fortalecimento dos serviços dentro dos diversos setores que contribuem a RBC.

### **5.6 Apoio dos meios de comunicação**

A imprensa, o rádio, a televisão e Internet podem informar à população sobre questões relacionadas com a deficiência e apresentar uma imagem positiva das pessoas com deficiência na escola, no trabalho ou em entornos sociais. Todos os diretamente interessados na RBC deveriam colaborar estreitamente com os meios de comunicação para identificar as prioridades e oferecer informação pertinente.

### **5.7 Colaboração para o apoio à comunidade**

A RBC não resultará eficaz se os setores mencionados trabalham de maneira isolada. O seguinte exemplo ilustra os tipos de colaboração que podem resultar eficazes.

*Um agente de um programa de RBC entra em contato com um funcionário dos serviços sociais e lhe informa a respeito de um menino maior que não foi nunca à escola e tem problemas de mobilidade e aprendizagem. O funcionário e o agente da RBC colaboram para estimular à família a comunicar-se com os serviços de saúde e com a escola. Os serviços de saúde avaliam a situação para ver se há alguma possibilidade de melhorar a mobilidade do menino.*

*Os professores da escola avaliam as necessidades de aprendizagem do menino. Se por exemplo, necessita uma cadeira de rodas e não há recursos para adquiri-la, o funcionário dos serviços sociais pede ajuda a outros setores, incluídas as ONGs.*

Os serviços de apoio que não se centram unicamente no objeto de sua própria atividade, mas levam em consideração as necessidades integrais da pessoa, com frequência, estão mais abertos a colaborar com outros serviços. A colaboração com outros grupos de

recursos comunitários é necessária porque os serviços públicos sozinhos, não podem proporcionar emprego ou inclusão social às pessoas com deficiência.

## **6. Desenvolvimento ulterior da RBC**

Hoje em dia, muitos governos reconhecem a RBC como uma estratégia eficaz para atender as necessidades das pessoas com deficiência, em particular as que vivem em zonas rurais. Nesses países, algumas comunidades rurais implementaram programas de RBC. Não obstante, é preciso animar os já existentes a que ampliem suas atividades em outras comunidades, prestem a devida atenção à igualdade de gênero e incluam as pessoas com deficiência de todas as idades. A expansão dos programas exige formar às pessoas que intervirão na gestão e na prestação de serviços.

### **6.1 Expansão e ampliação massiva dos programas de RBC**

Os programas de RBC existentes tendem a localizar-se em comunidades com acesso a serviços de apoio ou nas que as ONGs promoveram o estabelecimento de programas. É necessário ampliar a RBC às comunidades rurais com acesso limitado aos serviços de apoio de nível intermediário ou regional oferecidos pelos setores sociais e de saúde. Também é necessário expandir a RBC às grandes cidades, para chegar até as pessoas com deficiências que vivem nos bairros marginalizados.

Outros possíveis âmbitos de aplicação são os lugares em que a comunidade não está bem desenvolvida, como os campos de refugiados. Inclusive neles é possível identificar líderes comunitários e animá-los para que comuniquem as necessidades de seus grupos. Nesses grupos haverá pessoas com deficiência que poderão ser identificadas e encaminhadas aos serviços de reabilitação, mas que não participam de outros programas oferecidos aos refugiados, como os de formação ou emprego.

#### **6.1.1 Igualdade de gênero**

Muitos programas de RBC reconhecem que as meninas e as mulheres adultas com deficiência necessitam oportunidades educativas, trabalhistas e sociais na mesma medida que os meninos e os adultos. Entretanto, é freqüente que a distribuição dos recursos para a educação e a formação profissional favoreça os homens. Os agentes de RBC devem realizar um esforço especial para convencer às famílias e as escolas locais de que as meninas com deficiência devem ter acesso à educação. Pode ser que mulheres com deficiência precisem receber formação especial por parte de outras mulheres, e que programas que ofereçam créditos ou ajuda econômica para pequenos negócios às mulheres não levem em conta as com deficiência. As OPD e os responsáveis por realizar programas

de RBC têm que desempenhar um papel especial promovendo a plena participação das meninas e as mulheres adultas com deficiência.

Os programas de RBC podem também promover a integração das mulheres com deficiência em atividades e grupos locais femininos. Além de lhes oferecer mais contatos e recursos dentro da comunidade, a interação pode impulsionar uma mudança de atitude e de expectativas das mulheres que não tem deficiência em relação às pessoas com deficiência.

### **6.1.2 Integração de todos os grupos de idade**

Os programas de RBC se centram freqüentemente nos meninos e os adultos jovens que necessitam apoio para completar sua educação e capacitar-se profissionalmente, e rara vez atendem pessoas de meia idade ou a idosos com deficiência, incluídos aqueles com condições crônicas tais como cardiopatias, diabetes ou HIV. As pessoas de meia idade com deficiência desejariam seguir trabalhando. Os idosos com deficiência desejariam seguir relacionando-se com seus familiares e amigos. Provavelmente necessitem de ajudas técnicas, serviços de apoio ou capacitação, para permitir que os adultos com deficiência mantenham sua qualidade de vida. Devem ampliar-se programas de RBC para atender a estas necessidades.

## **6.2 Capacitação para a RBC**

A experiência dos programas de RBC nos ensinou que é necessária uma capacitação formal para garantir que os programas se administrem eficazmente, para que as OPD participem de forma proveitosa e para uma adequada prestação de serviços por parte dos agentes de RBC e dos profissionais que proporcionam serviços de referência e de apoio.

### **6.2.1 Capacitação em gestão de programas**

A gestão dos programas de RBC costuma centrar-se no nível intermediário ou regional. É provável que o ministério responsável capacite o pessoal encarregado de administrar o programa de RBC para que possa desenvolver tarefas como identificar às pessoas que necessitam serviços, coordenar as intervenções com a comunidade e os setores que prestam serviços, e realizar registros.

### **6.2.2 Capacitação das OPD**

É provável que também as OPD necessitem capacitação para atuar como elo entre a comunidade e os níveis nacional e intermediário ou regional. Terão que se capacitar em tarefas como a promoção, coordenação, planejamento e avaliação de programas, assim como na arrecadação de fundos.

### **6.2.3 Capacitação para a prestação de serviços**

Na prestação de serviços participam dois grupos de pessoas: os agentes comunitários do RBC e os profissionais que oferecem serviços especializados.

Os agentes de RBC devem aprender as destrezas utilizadas na capacitação de pessoas com deficiência e como ministrar esta capacitação de maneira competente. Também precisam capacitar-se para sua missão de facilitar o contato entre as pessoas com deficiência e suas famílias por uma parte e os dirigentes comunitários e fornecedores de serviços especializados por outra.

O investimento na formação de agentes é um aspecto importante dos programas de RBC e um fator que deveria motivar os gestores a fazer todo o possível por reduzir ao mínimo a rotação do pessoal.

Os profissionais que proporcionam serviços especializados nos setores de saúde, educativo, social e trabalhista também necessitam capacitação para sensibilizá-los em relação aos direitos das pessoas com deficiência e suas famílias. Alguns fornecedores de serviços podem não estar qualificados para oferecer a informação que as pessoas precisam conhecer antes de tomar decisões a respeito dos serviços que desejam ou não desejam receber. Pode ser que também devam aprender a se comunicar com as pessoas que apresentam diversos tipos de deficiências, por exemplo, auditivas, visuais, de mobilidade, de compreensão ou de comportamento.

Estes aspectos da capacitação devem ser incluídos na formação básica dos profissionais, mas até que isso ocorra deve-se oferecer programas especiais de formação.

## **7. Conclusões**

A RBC é uma estratégia eficaz para incrementar a atividade comunitária em prol da igualdade de oportunidades para as pessoas com deficiência mediante sua incorporação a programas centrados nos direitos humanos, a redução da pobreza e a integração.

A OMS, a OIT e a UNESCO destacam a importância da participação das pessoas com deficiência no planejamento e implementação dos programas de RBC, a necessidade de uma maior colaboração entre os setores que prestam os serviços utilizados pelas pessoas com deficiência, e a necessidade de apoio estatal e políticas nacionais em matéria de RBC.

Convida-se a todos os países e setores a:

- adotar a reabilitação baseada na comunidade como uma política e uma estratégia relacionada com os direitos humanos e com a redução da pobreza entre as pessoas com deficiência;
- oferecer apoio a programas de RBC de âmbito nacional;
- criar as condições para uma colaboração multi-setorial orientada a incorporar a RBC ao desenvolvimento comunitário.

TRADUÇÃO: ANDREA BAYLÉ (94448483)

Mais informação:

OIT

Programa de Discapacidad

Departamento de Conocimientos

Teóricos e Prácticos e Empleabilidad

4, route dès Morillons

CH-1211 GINEBRA

(Suiza)

Tel. (+41-22) 7998276

Fax (+41-22) 7996310

e-mail: [disability@ilo.org](mailto:disability@ilo.org)

UNESCO

Early Childhood and Inclusive Education

Division of Basic Education

7, place de Fontenoy

75352 PARIS 07 SP

(Francia)

Tel. (+33.1) 45681195

Fax (+33.1)45685627

e-mail: [i.e@unesco.org](mailto:i.e@unesco.org)

OMS

Equipo de Discapacidad y Rehabilitación

(DAR)

20, avenue Appia

CH-1211 GINEBRA 27

(Suiza)

Tel. (41-22) 791-2977

Fax (+41-22) 791-4874

e-mail: [DAR@who.int](mailto:DAR@who.int)